

Imigração, patrimônio cultural e turismo no Brasil

Odair da Cruz Paiva¹

RESUMO: O patrimônio da imigração, como toda expressão cultural, possui múltiplas formas e sua compreensão perpassa pela abordagem de várias questões, dentre elas: as várias manifestações do patrimônio cultural; as intencionalidades das ações de preservação e valorização da herança cultural de grupos de imigrantes; e as práticas para a ressonância deste patrimônio, como é o caso do turismo. O objetivo deste artigo é analisar o patrimônio da imigração como fenômeno que se constituiu num ambiente determinado, não só pelas questões acima, mas também como uma forma particular de instituir o passado no presente e seus desdobramentos para a construção de identidades coletivas.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural. Turismo Cultural. Patrimônio da Imigração. Tooro Nagashi. Caminhos de Pedra. Roteiros Nacionais de Imigração.

ABSTRACT: The heritage of immigration, like all cultural expression, has multiple forms and understanding permeates the approach to several issues, among them: the various manifestations of cultural heritage, the intentions of conservation actions and appreciation of the cultural heritage of immigrant groups and practices for the resonance of this heritage, such as tourism. The objective of this paper is to analyze the heritage of immigration as a phenomenon that was constituted in a particular environment, not only by the above issues, but also as a particular form of instituting the past in the present and its consequences for the construction of collective identities

KEYWORDS: Cultural Heritage. Cultural Tourism. Heritage of Immigration. Tooro Nagashi. Stone Paths. National Roadmaps Immigration.

1. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. E-mail: <paivaoc@hotmail.com>.

O patrimônio da imigração é composto por um amplo espectro de manifestações culturais das quais fazem parte os museus, as paisagens culturais, as festas e as expressões linguísticas, além de uma variedade de elementos relacionados à materialidade e intangibilidade da cultura. Sua análise pressupõe a abordagem de um conjunto diversificado de elementos, dentre os quais: as relações entre história e memória, os processos de musealização de ambientes identificados com a imigração e os discursos expositivos que representam a variedade e a dinâmica das formas de deslocamentos populacionais. O patrimônio da imigração possui também interfaces com o patrimônio cultural, turismo e ações empreendidas pelo poder público e privado para sua preservação e divulgação.

Este artigo faz parte do projeto Museus e patrimônio da imigração: história, memória e patrimônio cultural nos museus de imigração no Estado de São Paulo, e tem como objetivo discutir elementos relacionados ao patrimônio cultural, turismo cultural e patrimônio da imigração de maneira a explicitar suas inter-relações. Em outros termos, o patrimônio da imigração é produto de relações sociais e caudatário da historicidade que construiu a noção de patrimônio cultural e das ações (patrimoniais, preservacionistas e turísticas) que estão a ele conectadas bem como suas intencionalidades.

Estão reunidas neste texto referências bibliográficas que exploram a variedade de questões relacionadas ao patrimônio cultural a partir de quatro temas: apontamentos sobre o patrimônio cultural; as relações deste com o turismo cultural; ações de preservação patrimonial na esfera pública e privada e algumas das manifestações do patrimônio da imigração.

Para o direito romano, o patrimônio era o conjunto dos bens familiares, vislumbrados não segundo seu valor pecuniário, mas em sua condição de bens-a-transmitir. (...) no sentido banal, atualmente o patrimônio confunde-se com a herança, cuja presença pode ser verificada à nossa volta e que reivindicamos como nossa, tanto mais que estamos prontos a tomar providências para assegurar sua preservação e inteligibilidade. Esses bens recebem, portanto, uma afetação particular, e estão submetidos a um modo específico de gestão².

A noção de patrimônio possui variações relacionadas às questões e problemas colocados em contextos históricos específicos e a literatura sobre o tema – como não poderia deixar de ser – demonstra a pluralidade de apreensões possíveis. No entanto, percebemos um certo consenso sobre o fato de que foram acrescidos à esta noção, nas últimas décadas, uma multiplicidade de sentidos; estes são produtos da ampliação de ações de preservação das inúmeras formas e expressões do passado no presente. A partir do século XVIII – e ao menos na tradição ocidental – vários adjetivos foram agregados ao patrimônio: histórico, artístico, turístico, imaterial, genético, etc.; contemporaneamente a noção de “patrimônio cultural” emerge como uma chave que procura agregar essa multiplicidade de sentidos.

O marco deste processo foi a Revolução Francesa, e desde então o patrimônio – embora não tenha perdido sua conotação econômica ou de herança

– avançou para outros campos. No *tour* de forças entre o “vandalismo revolucionário” e as práticas preservacionistas das antiguidades e dos monumentos³, surgiram não só os sentidos de “patrimônio histórico ou patrimônio nacional”, mas também a necessidade em precisar suas singularidades e sentidos valorativos, além da produção de uma legislação específica para sua preservação. Segundo Poulot:

O patrimônio no sentido “legal” surgiu com as legislações nacionais do século XIX, legislações que lhe garantiram um destino específico no meio de todas as manifestações sociais dos objetos. Aliás tal postura foi assumida em nome do povo, como destinatário eminente e, ao mesmo tempo, o derradeiro responsável por essa herança.

Em toda parte da Europa, os liberais descobriram e, em seguida, celebraram a preservação das antiguidades nacionais como um dever patriótico – forma moderna de uma cultura declarativa, para falar como Jean Claude Passeron. As destruições de toda espécie foram paralelamente qualificadas, de maneira genérica como vandalismo. A patrimonialização confundia-se, mais ou menos, com a narrativa de uma socialização progressiva e generosa de coleções e títulos de propriedade: ao servir-se da pátria como ilustração, ela enaltecia o labor da ciência e os avanços da instrução pública⁴.

A preservação do legado material (monumentos, obras de arte ou artefatos), sua relação direta com a história e seus atributos de valor emergiram num contexto no qual os sentidos e as práticas patrimoniais estavam em consonância com os interesses dos Estados Nacionais no século XIX; as práticas de preservação possuíam finalidades pedagógicas, ideológicas ou políticas⁵. Num ambiente de aceleração do tempo, o patrimônio assegurou sua continuidade evitando a perda dos referenciais que o presente deveria manter com o passado.

Para Poulot “ao dar testemunho eloquente de um mundo fragmentado, o patrimônio assegurava também a continuidade – de um passado regenerado a um futuro estabilizado”⁶. Neste âmbito, o Estado emerge como um agente autorizado para decidir o que deveria ser preservado⁷, apoiando-se na produção de uma legislação que fundamentou, por exemplo, as práticas de tombamento.

A perspectiva moderna sobre o patrimônio (vigente entre o final do século XVIII até a primeira metade do século XX) foi produzida num contexto particular do qual podemos inferir algumas de suas características. A primeira delas tem relação com a aceleração do tempo produzida pelas revoluções do século XIX e que trouxe a necessidade, por vezes ambígua, da negação e também preservação do passado. A manutenção do passado no novo teatro da história implica num exercício de poder que inscreve o novo como superação do velho, tornando o passado funcional para a demonstração das idades do tempo e, principalmente, como parâmetro para a noção de progresso e evolução.

Como segunda característica, a noção moderna de patrimônio implica na produção de lugares sociais e agentes autorizados para sua identificação, valoração, conservação e divulgação. Surgem os museus modernos, as galerias de arte, os órgãos de defesa do patrimônio, legislação e sujeitos que se

3. Ver Françoise Choay (2001, p. 109).

4. Cf. Dominique Poulot (2001, p. 26).

5. Ver Mariano Marcos Andrade Butzonitch (2009, p. 14).

6. Cf. Dominique Poulot (2009, p. 88).

7. Ver Laurajane Smith (2011, p. 43).

8. Cf. Dominique Poulot (2001, p. 235).

9. Ver Carlos Lemos (2006, p. 9-10).

especializaram neste campo. A terceira característica está na relação do patrimônio com os remanescentes edificados de vários momentos da história (os monumentos nacionais e sítios arqueológicos), com as obras de valor artístico (artes plásticas, notadamente) e com artefatos alçados à condição de patrimônio pelo *status* de seus detentores e doadores ou pela valoração enquanto “instituintes” de memória.

Estas características são apenas uma leitura possível do sentido moderno do patrimônio e não possuem a pretensão de ocultar outras possibilidades para sua compreensão. Procuro com elas marcar um certo conjunto de sentidos que estiveram vigentes durante o século XIX e que em alguma medida ainda estão presentes na contemporaneidade; trata-se também de marcar um ambiente, a partir do qual emergiram outras perspectivas sobre a noção do patrimônio.

A compreensão contemporânea do patrimônio considera também outras questões. Segundo Poulot,

o patrimônio inscreve-se entre a história e a memória. De fato, ele evoca um conjunto de valores que, à semelhança da memória, dependem de um enraizamento mais ou menos profundo na dimensão “sensível” das identidades pessoais e sociais, das afinidades religiosas, das culturas populares e até mesmo das mitologias⁸.

Esta perspectiva adensa um grande conjunto de debates e práticas que, desde ao menos a segunda metade do século XX, revisitaram a noção moderna de patrimônio ampliando seus sentidos.

Em outros termos, a perspectiva contemporânea sobre o patrimônio coloca-o num conjunto amplo de práticas sociais, memórias, identidades e culturas. Estar entre a memória e a história significa inserir o patrimônio enquanto produção disseminada por todos os agentes sociais, integrando-o, assim, ao convívio de amplos setores sociais; ampliam-se seus sentidos, o debate sobre suas formas e especialmente revelam-se contendas, disputas e intencionalidades que lhe são inerentes.

Patrimônio cultural

Numa referência ao patrimônio cultural, Lemos apreende três categorias: elementos pertencentes à natureza e ao meio ambiente; elementos ligados às técnicas e ao saber fazer e elementos ligados à cultura material e patrimônio edificado⁹. Estas demonstram como a análise do patrimônio cultural é uma tarefa complexa; creio que a dificuldade reside menos em razão de abordagens dicotômicas e mais em função da pluralidade de sentidos que estão nele contidos, haja visto que nas últimas três ou quatro décadas houve uma profusão de artigos e livros cujos autores compuseram um grande espectro de problemas que envolvem seus sentidos.

Ao menos parte da literatura sobre o patrimônio cultural retoma elementos para sua definição e em seguida analisa algumas de suas variantes como o patrimônio intangível, genético ou material – apenas para ficarmos em poucos

exemplos. Estas variantes, por sua vez, abrem um campo amplo no qual outras categoriais são apresentadas; este é o caso do patrimônio intangível e suas múltiplas formas: as festas, os lugares, os saberes e fazeres, as danças, etc. Estas variantes, por sua vez, apresentam singularidades de acordo com seus lugares sociais, agentes e contextos históricos.

Se considerarmos que incidem sobre o patrimônio cultural conhecimentos advindos de vários campos das ciências humanas, perceberemos que o patrimônio cultural é também um campo que descortina a multiplicidade, heterogeneidade e conflitos que permeiam as relações sociais na contemporaneidade. A partir das décadas finais do século XIX e especialmente no século XX, a discussão sobre o patrimônio foi influenciada por questões relacionadas aos debates sobre a cultura¹⁰ (presentes na antropologia, sociologia, história, arqueologia, arquitetura, geografia e meio ambiente) e também a emergência de novos atores sociais.

Para Criado-Boado e Barreiro “la noción de patrimonio es hoy central a la experiencia y circunstancias de nuestras sociedades multiculturales y a la producción de sentido dentro de ellas”¹¹. Quanto mais as sociedades contemporâneas transformam-se (ou reconhecem-se) como coletivos multiculturais, mais a questão da cultura ganha visibilidade e interesse por parte daqueles que procuram decodificá-las ou compreender o lugar ocupado por seu grupo e sua contribuição ou singularidade na comunidade mais ampla. O patrimônio cultural emerge, neste sentido, aliado à problemática dos direitos, da cidadania e da democracia; pode também ser instrumento de reforço e cristalização de identidades, pertencimentos e memórias que resistem aos processos de integração cada vez mais presentes neste tipo de sociedade.

Assim, da cultura material e intangível ao reconhecimento de novos agentes, da incorporação de novas atribuições de valores ao alargamento das heranças do passado, a noção de patrimônio cultural foi cunhada para abranger uma gama variada de remanescentes do passado bem como seus sujeitos produtores, suas demandas por reconhecimento político frente ao Estado e à sociedade. Como tal, insere-se num campo de disputas sobre formas, ações de preservação e políticas públicas direcionadas ao seu fomento que, via de regra, passam ao largo de qualquer consenso social de amplitude mais abrangente.

Faço a seguir uma abordagem sobre o patrimônio cultural considerando dois caminhos. No primeiro deles, elenco abordagens que o inserem como um “processo cultural”, num campo notadamente interdisciplinar e na contenda da atribuição de valores que lhe são inerentes. No segundo, inscrevo breves comentários sobre como o tema está presente na Constituição Brasileira e na Unesco. Em ambos, o patrimônio cultural revela intencionalidades e disputas, avanços e limites presentes em sociedades que buscam construir sua identidade por meio do reconhecimento da pluralidade das identidades culturais – e nos domínios da “multiculturalidade”.

10. Nos limites de nossa reflexão não cabe uma retomada da discussão sobre a questão da cultura nos marcos da história e historiografia da cultura. Autores como Raymond Williams (2011); Peter Burke (2005); Roger Chartier (2002); Néstor García Canclini (2003); Edward Palmer Thompson (1998) ou Stuart Hall (2006) são referências teóricas importantes; entretanto a análise desses autores foge ao tema central deste artigo.

11. Cf. Felipe Criado-Boado e David Barreiro (2013, p. 05).

12. Ver José Reginaldo Santos Gonçalves (2005; 2009).

13. Cf. Ibid. (2009, p. 27).

14. Cf. ibid. (2005, p. 18).

15. Nas práticas dos órgãos de preservação, o termo “tombamento” é utilizado em referência ao patrimônio material enquanto o termo “reconhecimento” faz referência ao patrimônio intangível.

Patrimônio cultural – processo cultural

Compreender o patrimônio como um processo cultural implica considerar, ao menos, dois aspectos. No primeiro deles, reconhecer que, embora em nossa tradição, o século XVIII seja o momento de abertura da noção de patrimônio para outras formas de produção social e cultural, outras sociedades também desenvolveram formas assemelhadas. Gonçalves¹² identifica que, se considerarmos as dimensões culturais do patrimônio – especialmente do ponto de vista etnográfico – percebemos que várias sociedades indígenas produziram também suas formas de patrimônio.

A literatura etnográfica está repleta de exemplos de culturas, nas quais os bens materiais não são classificados como objetos separados de seus proprietários. Esses bens, por sua vez, nem sempre tem atributos estritamente utilitários. Em muitos casos servem a propósitos práticos, mas carregam, ao mesmo tempo, significados mágico-religiosos e sociais. Configuram aquilo que Marcel Mauss denominou “fatos sociais totais”. Tais bens são, simultaneamente, de natureza econômica, moral, religiosa, mágica, política, jurídica, estética, psicológica e fisiológica. Constituem de certo modo extensões morais de seus proprietários, e estes, por sua vez, são partes inseparáveis de totalidades sociais e cósmicas que transcendem sua condição de indivíduos¹³.

Gonçalves alerta para a possibilidade de “transitar analiticamente com essa categoria entre diversos mundos sociais e culturais, iluminando as diversas formas que pode assumir”¹⁴. Guardadas as proporções, aquilo que a etnografia apreende como o sentido patrimonial das práticas culturais também tem relação com expressões da cultura que são “tombadas ou reconhecidas”¹⁵ em nossa sociedade. O reconhecimento do patrimônio intangível nas comunidades quilombolas e caiçaras, os cultos de origem africana ou festas populares demonstram que o sentido plural do patrimônio tem potencial para dar visibilidade a universos culturais variados presentes na comunidade nacional.

O segundo aspecto refere-se às potencialidades e limites do reconhecimento do patrimônio cultural, no campo político ou social em seu sentido amplo, e sua importância na dinâmica social. Se as formas da cultura podem se transformar em patrimônio, algumas questões se colocam. Todas as formas da cultura são patrimônio? Quais os mecanismos político-sociais para seu reconhecimento? Como manter “vivas” e reconhecidas pelas novas gerações as formas do patrimônio cultural erigidas como tal no passado? São questões que devem ser enfrentadas reconhecendo, no entanto, que suas respostas são complexas e muitas vezes não consensuais.

Uma das gêneses dessa problemática advém da perspectiva antropológica da cultura; esta abriu definitivamente o sentido do patrimônio e, no limite, considera que tudo é ou pode vir a ser patrimônio. Miceli, retomando a experiência francesa dos anos 1980, aponta que “o conceito de patrimônio foi se antropologizando em tal proporção que passou a se mostrar sensível a toda e

qualquer experiência social”¹⁶. Ao abranger, em tese, todas as manifestações sociais, o patrimônio cultural, seu resgate, conservação e disseminação revela as dificuldades da aceitação da “multiculturalidade” em nossa sociedade. Como todo processo social – como vimos anteriormente – o patrimônio cultural adentra na dinâmica das contradições sociais e particularmente no sensível universo do reconhecimento das identidades, da preservação da memória e das garantias dos direitos culturais.

Sem a pretensão de responder de forma precisa ou definitiva às questões apontadas acima, creio que a discussão sobre os atributos de valor implícitos na questão do patrimônio pode ser um guia para adentrarmos a questão. Meneses, em uma conferência no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural realizado em Ouro Preto, discorreu sobre os vários atributos de valor possíveis de serem encontrados quando elevamos algo à categoria de patrimônio cultural. Segundo ele, há, pelo menos cinco formas para esses atributos:

A primeira forma refere-se aos valores cognitivos. Estes emergem quando existe uma “oportunidade relevante de conhecimento – qualquer conhecimento”. Neste caso, “o bem está sendo tratado, então, como documento, ao qual se dirigem questões para obter, como resposta, informação de múltipla natureza”. Os valores cognitivos nos remetem a uma categoria de valores cuja fruição é “basicamente intelectual”¹⁷.

A segunda forma tem relação com os valores formais ou estéticos. Estes emergem quando o patrimônio em questão é compreendido “não tanto como documento, não tanto para produzir informação, mas como oportunidade qualificada para gratificar sensorialmente e tornar mais profundo o contato de meu ‘eu’ com o ‘mundo externo’ ou ‘transcendente’ ”¹⁸. São valores de fruição ligados à contemplação, à humanização do ser, por sua beleza ou transcendência.

Os valores afetivos representam a terceira expressão de valores. Estes surgem da “formulação de autoimagem e reforço de identidade. São afetivos, pois constam de vinculações subjetivas que se estabelecem com certos bens”. Os valores afetivos envolvem “mecanismos complexos, como as representações sociais e o imaginário social”¹⁹, a memória e a identidade de certos grupos. Confundem-se por vezes com os valores formais ou estéticos.

Uma quarta forma refere-se aos valores pragmáticos. “São mais do que valores de uso. Para dizer com outras palavras: valores pragmáticos são valores de uso percebidos como qualidades. Tais valores são comumente marginalizados ou ignorados entre nós, com significativa frequência”²⁰. Por fim, os valores éticos. “Estes estão no campo das práticas, exigem o ‘tratamento de questões espinhosas’ relacionadas à religião, cultura, moral, assim como os direitos culturais em face dos direitos humanos”²¹.

Neste breve rol de caracterização dos valores que incidem sobre o patrimônio, percebemos que não são campos estanques; há muitas zonas de interface entre uma forma ou outra dos valores. Assim, não há como delimitarmos um campo no qual os valores podem ser exclusivamente éticos, exclusivamente

16. Cf. Sergio Miceli (1987, p. 46).

17. Cf. Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2009, p. 35).

18. Cf. *ibid.* (p. 35).

19. Cf. *ibid.* (p. 36).

20. Cf. *ibidem.*

21. Cf. *ibid.* (p. 37).

22. Cf. José Reginaldo Santos Gonçalves (2009, p. 18).

23. Cf. *ibid.* (p. 19).

24. Cf. *Ibid.*

estéticos ou exclusivamente cognitivos. Isto nos leva a inferir que um mesmo sujeito ou grupo social pode relacionar-se com o mesmo ente de maneira que um conjunto mais amplo ou mais restrito de valores influenciem sua relação com o que está em causa.

No campo acadêmico há muitas diferenças entre a forma como a história, a arqueologia, a antropologia ou mesmo a sociologia apreendem o sentido de valor. Isto não é necessariamente negativo, mas explica, por exemplo, o fato de que a presença marcante de arquitetos em determinados órgãos de preservação delimita um campo daquilo que vem a ser o patrimônio na perspectiva do patrimônio edificado. No mesmo sentido, a presença de antropólogos pode implicar a valorização de expressões da cultura ligadas ao patrimônio imaterial.

Segundo Gonçalves, “essa categoria de objetos não apresenta (...) fronteiras classificatórias muito definidas, sendo ao mesmo tempo objetos e sujeitos, materiais e imateriais, naturais e culturais, sagrados e profanos, divinos e humanos, masculinos e femininos, etc.”²². O fato é que, um mesmo ente, ao passo que está sujeito à incidência de uma multiplicidade de valores, pode também ser compreendido com significados diversos.

Creio que ainda é preciso marcar um outro conjunto de questões que envolvem a questão do patrimônio. Para Gonçalves,

o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público²³.

A elevação de um ente qualquer à essa categoria – e independente do grupo social que o elevou a tal nível – não significa, como sabemos, que a manutenção ou o reconhecimento de seu atributo de valor seja algo que estará sempre presente. De outro modo, é preciso considerar que o decurso do tempo é um agente poderoso para o desgaste dos patrimônios, a ponto de que muitos deles não sejam mais observados ou compreendidos como tal pelas gerações presentes ou futuras.

Citando Stephen Greenblatt, Gonçalves aponta que:

Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante²⁴.

A perda da ressonância por um ente elevado à categoria de patrimônio não é algo simples de ser decodificado; mas o fato é que a ausência da ressonância expõe como cada geração elege um conjunto de bens a serem preservados e o transcurso do tempo põe em cheque se as gerações seguintes manterão ou não a mesma leitura sobre sua importância.

Um bom exemplo disso são os discursos expositivos que encontramos em alguns museus. No caso do Museu Paulista a “materialização da história” realizada por Taunay no vão central do edifício parece-nos como algo “do passado”, contrastando com o sentido de história que temos no presente e causando um certo estranhamento ao visitante. Evidentemente, o mesmo estranhamento ocorre quando determinados grupos atribuem valor a um ente – os arqueólogos e a cultura material, ou os antropólogos e a cultura imaterial – e este valor não é reconhecido por outros grupos.

Para Smith,

la idea del patrimonio como proceso cultural, y no como una “cosa” o “evento intangible”, permite una apertura de la mirada crítica, y facilita un examen de las consecuencias de definir algo como “patrimonio”, o hacer que ciertas cosas lo sean. Nos permite la posibilidad de comprender no sólo lo que ha sido recordado, sino también lo que ha sido olvidado, y por qué ha sido olvidado²⁵.

Assim, o patrimônio como um processo cultural revela não só a multiplicidade de sentidos a ele atribuídos, mas, especialmente, a dificuldade em atingir certos consensos sobre o que pode ser entendido como tal. As gerações atuais se defrontam com as formas do patrimônio erigidas no passado ao mesmo tempo que promovem ações para a criação de novas formas. Tratar o patrimônio como um processo revela não só a incongruência de um olhar estanque sobre o mesmo que o inscreve no mundo das coisas e eventos intangíveis, mas, e principalmente, propicia compreendê-lo como resultado de ações e práticas plenas de intencionalidades, sejam elas econômicas, culturais, políticas ou ideológicas.

Patrimônio cultural – reconhecimento, diversidade e universalidade

Em 1972, em Paris, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) promoveu a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Neste encontro, a Unesco ratifica seu papel como mediadora/promotora de ações com vistas à implementação de estratégias para a defesa da diversidade cultural.

Em seu artigo 1.º a Convenção considera como patrimônio cultural:

Os monumentos – obras arquitetônicas de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Os conjuntos – grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem tem valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Os locais de interesse – obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, como um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico²⁶.

25. Cf. Laurajane Smith (2011, p. 42).

26. Cf. Unesco – Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972).

27. Cf. Elder Patrick Maia Alves (2010, p. 543).

28. Cf. *ibid.* (p. 545).

29. Cf. Constituição Federal do Brasil (1988).

30. Cf. Maria Cecília Londres Fonseca (2009, p. 71).

31. Ver Maria Cecília Londres Fonseca (2000); Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes (2009) e Marcia Sant'Anna (2009).

Esse encontro fez parte de um grande conjunto de ações no âmbito deste organismo com o propósito de estabelecer políticas de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural com os Estados associados. Após a Convenção de Paris, a Unesco promoveu várias Conferências de Cultura nos cinco continentes. De acordo com Alves:

As conferências de cultura realizadas pela Unesco ao longo das décadas de 70 e 80 são exemplos de resultado do processo mencionado acima a saber: A Eurocult, realizada em Helsinque em 1972, a Asiacult, realizada em Jacarta em 1973, a Africacult, realizada em Accra, a Americacult, realizada em Bogotá, em 1978 e a Arabiacult, realizada em Bagdá, em 1981, todas culminando na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais – Mundialcult – realizada na Cidade do México, em 1982 e atualizada na Conferência de Estocolmo sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, em 1988²⁷.

Segundo o autor, houve nos últimos quarenta anos a produção de um repertório discursivo que aponta para uma nova forma de globalização cultural baseada na defesa de sua pluralidade. Este repertório erige-se no suposto de que as diferenças culturais não devem derivar para o conflito, mas sim erigirem formas de desenvolvimento material/econômico para amplas parcelas da população, especialmente as relacionadas às populações tradicionais. Neste repertório percebemos uma conexão entre a diversidade cultural e estratégias de desenvolvimento revelando ações de reconhecimento da diversidade dentro da ordem. Ainda de acordo com Alves:

O núcleo da relação entre cultura e desenvolvimento em países como o Brasil passa, necessariamente, pelo tenso equilíbrio entre diversidade cultural e desigualdade social. Para a consolidação e efetivação da diversidade como um direito, as relações entre cultura e desenvolvimento devem ser complementares, impulsionadas por políticas culturais desenvolvidas pelos governos de países como o Brasil, com profundas desigualdades sociais, que comprometem, portanto, o acesso e expansão da diversidade²⁸.

No Brasil, a Constituição Federal, em seu artigo 216, entende como patrimônio cultural:

I – As formas de expressão; II – Os modos de criar, fazer e viver; III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico²⁹.

Segundo Fonseca, a amplificação da noção de patrimônio cultural inscrita na Constituição “vem diluir certas dicotomias que, tradicionalmente, organizam o campo das políticas culturais: produção *versus* preservação; presente *versus* passado; processo *versus* produto; popular *versus* erudito”³⁰. Insere-se, no âmbito da Constituição, a possibilidade de reconhecimento de um variado espectro de manifestações culturais, especialmente as ligadas ao patrimônio intangível³¹.

A legislação brasileira sobre o patrimônio cultural – para muitos, uma referência mundial – criou um ambiente propício para iniciativas de reconhecimento de manifestações populares, superando a proeminência da noção tradicional de patrimônio baseada na materialidade e monumentalidade dos remanescentes. Para Arantes, a legislação Brasileira fomentou a criação de muitas comunidades culturais

na interpretação de seus modos de vida, ou seja, legitima o saber local. [Além disso, incentivou] o papel de protagonistas (ou, ao menos, de participantes ativos) dessas comunidades nos processos de salvaguarda, encorajando sua autodeterminação no que se refere à definição de estratégias políticas e de prioridades relativas a seu próprio desenvolvimento cultural³².

Assim, especialmente a partir dos anos 1990, abriu-se um campo para que o patrimônio cultural adentrasse nas preocupações das políticas públicas como um instrumento de reconhecimento do variado campo das formas da cultura e como possibilidade de desenvolvimento econômico de comunidades e grupos culturais até então alijados desse processo. O fomento à diversidade cultural emerge como possibilidade de inserção não subalterna no conjunto mais amplo da sociedade nacional ao passo que reforça a construção de um sentido multicultural das relações sociais.

Paisagem cultural e turismo cultural

Vários dos estudos sobre o patrimônio abordam a ampliação “da noção de patrimônio e seus qualificativos: genético, químico, natural, imaterial ou intangível, dentre outros”³³. Esses qualificativos, como vimos, descortinam o reconhecimento das heranças e práticas culturais associadas tanto às populações tradicionais, como povos indígenas ou quilombolas, quanto a expressões relacionadas a grupos como os imigrantes ou migrantes, revelando a miríade de patrimônios presentes no contexto nacional.

Para Nogueira, a “desmaterialização” do patrimônio cultural incentivou o “reconhecimento da diversidade cultural e [foi] o ponto de partida para as políticas públicas de patrimônio”³⁴. Os desdobramentos desse processo foram analisados por muitos pesquisadores e particularmente por aqueles que discutem um de seus aspectos: o patrimônio intangível³⁵. O reconhecimento das práticas culturais ligadas ao patrimônio material ou intangível impôs não só uma nova “ordem discursiva” que se legitimou no Brasil a partir da Constituição de 1988 como também engendrou um processo de negociação³⁶ para que a noção alargada de patrimônio pudesse ser aceita por diversos segmentos sociais³⁷.

Para este momento de nossa reflexão, creio ser importante analisar os desdobramentos desse novo cenário do ponto de vista de dois de seus produtos: o surgimento da noção de “paisagem cultural” e do “turismo cultural”. Seus suportes estão na ideia de referências culturais; segundo Arantes, elas são

32. Cf. Antônio Augusto Arantes (2011, p. 56).

33. Cf. Regina Abreu (2011, p. 72).

34. Cf. Antônio Gilberto Ramos Nogueira (2007, p. 256).

35. Ver Marcia Sant’Anna (2009); Laurent Lévi-Strauss (2006); Maria Cecília Londres Fonseca (2009); Javier Marcos Arévalo (2010) e Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (2001; 2008), dentre outros.

36. Ver Gilberto Velho (2006).

37. Ver Regina Abreu (2006).

38. Cf. Antônio Augusto Arantes (2011, p. 54-56).

39. Ver Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes (2009).

40. Cf. María José Pastor Alfonso (2003, p. 98).

os marcos e monumentos edificados ou naturais, assim como as artes, os ofícios, as festas e os lugares a que a vida social atribuiu reiteradamente sentido diferenciado e especial. [As referências culturais remetem e estão associadas às] comunidades culturais na interpretação de seus modos de vida³⁸.

Ambas – referências culturais e comunidades culturais – constituem-se a partir de processos de negociação que ocorrem não só no âmbito endógeno das comunidades, mas também no plano exógeno a elas. As referências culturais que constituem as comunidades culturais não podem ser naturalizadas; elas são parte de um processo de construção que objetiva “materializar” comunidades que, como sabemos, são imaginadas. Por outro lado, as referências culturais também se constituem ou se afirmam quando a comunidade mais ampla – regional, nacional ou internacional – reconhece as referências de dada comunidade como elementos que possuem valor a ser preservado³⁹.

As referências culturais são resultado de uma produção social que se desenvolve na dualidade entre seus condicionantes de reconhecimento e valorização endógenos e exógenos. Assim, a valorização, produção, resgate e ressignificação de identidades culturais, bem como sua manutenção, impõe processos complexos de negociação e escolhas de seus “instituintes” culturais. Como exemplos, a cerâmica *wajãpi*, o saber fazer a viola-de-concho, a reconstituição de ambiências da imigração ou os terreiros de candomblé são “instituintes” de identidade cultural, referências, de determinados grupos e ao mesmo tempo partilhados pela sociedade em seu sentido amplo, ou seja: são objetos de um duplo reconhecimento.

Evidentemente, estes “instituintes” erigem-se das referências culturais pretéritas da comunidade, da integração entre o meio ambiente, a vida, a cultura e a história, conformando um território cultural complexo e portador de singularidades que definem um modo de vida próprio ou suas representações. A escolha de um ou mais “instituintes síntese” – saber-fazer, religiosidade, ambiências – conectam as referências pretéritas com o contexto presente da comunidade, transformando-as de patrimônio legado a herança a ser preservada. O reconhecimento da herança legada como constitutivo da identidade atual do grupo e ao mesmo tempo seu reconhecimento externo encontra no turismo cultural uma estratégia importante.

Turismo cultural

“Si la mayoría de los visitantes a un lugar, ignora algo tan cotidiano como la comida ¿qué podemos esperar sobre el comprensión y disfrute del resto de factores que conforman el patrimonio cultural?”⁴⁰. A questão elaborada por Alfonso coloca-nos um problema central nas relações entre patrimônio e turismo. Se, por um lado, o turismo é uma das atividades que proporcionam visibilidade (e rentabilidade) a sujeitos e localidades que são objeto dessa forma de atividade econômica, por outro, há que se refletir sobre quais as possibilidades do turismo

constituir-se numa atividade cujo objetivo também seja o de proporcionar um (re) conhecimento positivo do patrimônio cultural que é fruído pelo turista. O juízo de valor inscrito no termo positivo será elucidado nos argumentos que se seguem.

Não se trata aqui do turismo realizado de maneira independente, quando o viajante faz suas próprias escolhas e tem domínio maior sobre o tempo. Parte significativa da literatura que versa sobre a relação entre o turismo e o patrimônio cultural incide sobre as formas do turismo que estão ligadas aos interesses de empresas do ramo, mas também aquelas engendradas nas localidades que procuram atender o turista de maneira, digamos, profissionalizada.

O turismo é uma atividade que envolve uma pluralidade de elementos. Dos turistas aos residentes, há uma imensa variedade de sujeitos que compõem a malha que sustenta esta atividade: guias turísticos, empresas – agências de viagem, hotéis – restaurantes, comércio, etc.; e, por consequência, uma gama de interesses em causa. Analisar todos esses elementos (e interesses) foge à minha competência e também aos objetivos desta reflexão. No entanto, a questão elaborada por Afonso nos induz a pensar que, para além – e apesar – de uma experiência parcial, o turismo impacta as comunidades, ambiências e sociabilidades que lhe são objeto, transformando-as e “ressignificando” práticas culturais pretéritas.

No me pongo en la posición extrema de considerar que, sólo gracias al turismo, se puede recuperar un patrimonio que ha permanecido en total abandono (generalmente a causa del descuido de autoridades poco sensibilizadas), pero si creo que el turismo puede llegar a ser de gran utilidad. Ahora bien, será cada comunidad, por si misma, quien tenga que ocuparse de inventariar, catalogar, conservar y, en su caso, activar el patrimonio propio. Esta decisión, que debe depender exclusivamente de los miembros de cada grupo, puede ponerse en marcha con el apoyo económico de instituciones del estado o empresariales⁴¹.

A ressonância do patrimônio cultural⁴² pelo viés do turismo implica em disputas sobre sua gestão, cuja questão central está no entorno dos impactos positivos e negativos que incidem sobre o patrimônio. Nessa perspectiva, quero abordar duas questões: o turismo cultural e transformações na cultura e a “disneyzação” do patrimônio e suas consequências. Farei alguns apontamentos sobre a celebração do Tooro Nagashi, a experiência dos roteiros culturais de Joinville e os Caminhos de Pedra no Rio Grande do Sul.

Sobre a primeira questão, Talavera aponta que

Una consecuencia directa de este proceso es que el turismo, tiende a implicarse en la gestión de la cultura y a convertirla de cara a los estados em un concepto administrativo (Hannerz, 1996), fuertemente condicionada a su rentabilidad. Em este sentido, mal que les pese a algunos, no podemos seguir planteando la cultura como un concepto cerrado y de contenidos absolutos, genuinos y espiritualmente puros. El turismo usa y consume rasgos culturales, al tiempo que contribuye a reconstruir, producir e mantener culturas⁴³.

Trata-se de compreender que o patrimônio cultural é constantemente ressignificado pela ação do turismo, o que não significa que os produtores ou

41. Cf. María José Pastor Alfonso (2003, p. 99).

42. Ver José Reginaldo Santos Gonçalves (2009).

43. Cf. Agustín Santana Talavera (2008, p. 283).

44. Ver *ibid.* (p. 46).

45. Cf. *ibid.* (p. 35).

46. Cf. Juan Cordoba y Ordóñez (2009, p. 38).

detentores desse patrimônio estejam numa situação passiva; esses também são sujeitos da transformação, negociando a todo momento seja no plano da manutenção como também da transformação do patrimônio cultural. Nesse ambiente, reconstroem-se identidades, engendram-se estereótipos e autenticidades.

A autenticidade do patrimônio, desejada pelo turista e vivida pelo residente⁴⁴ pode ter pouca relação com a ambiência e a materialidade ali inscrita. A autenticidade vivida pelo turista tem mais relação com uma necessidade de compensar seu cotidiano rotineiro e vazio. Consomem-se estereótipos e simulacros de experiências que aparentemente emergem como vivas e vigorosas. O impacto disso para os residentes não é menos significativo. O tempo social que produziu uma forma da cultura – vida, sociabilidades – é interrompido com a chegada do outro. A negociação é sempre complexa e ganhos (em rentabilidade, visibilidade ou reconhecimento) e perdas são previsíveis, inevitáveis e contabilizadas.

Enquanto forma, o turismo que consome o patrimônio cultural se apresenta como alternativo, ecoturismo, turismo étnico, rural, etc. Segundo Talavera, Smith e Eadington “definem como ‘turismo alternativo’ entendiéndolo como ‘las formas del turismo que son consecuentes con los valores naturales, sociales y comunitarios que permiten disfrutar positivamente tanto anfitriones como invitados y hace que merezca la pena compartir experiencias’”⁴⁵. Sua função é a fruição de experiências exóticas, primitivas, autênticas ou sustentáveis.

Essa forma do turismo está ligada a uma estrutura, ou se preferirmos, a um tempo social, no qual cada vez mais se produz a “disneyzação” das suas atividades. Eis aqui nossa segunda questão. Juan Cordoba y Ordóñez concorda com a definição de Bryman de que se trata de “un proceso mediante el qual los principios que rigen los parques temáticos Disney están dominando cada vez más sectores de la sociedade americana así como del resto del mundo”⁴⁶.

A “disneyzação” representa a produção de ambiências controladas para uma fruição turística na qual a espetacularização tem preponderância. Na busca por reconstituir o autêntico, criam-se formas de “artificialização” que levam ao consumo de aparências. Expressões do patrimônio cultural (festas, culinária, relações com a natureza, cultura material, sociabilidades e mesmo a história) são despossuídas de seus conteúdos e contextos sociais produtores em prol de uma apresentação estética e higienizada, consumível por todos com o mínimo de desconforto ou estranhamento.

Os produtos do patrimônio cultural são oferecidos como experiências que se concretizam em mercadorias; guardadas nas lembranças, nas fotografias digitais ou nas bagagens dos turistas, os artefatos ou situações vividas representam tênues recortes (quicá simulacros) da cultura local. Trata-se de um comércio de memórias. Tanto visitantes quanto residentes sujeitam-se à lógica do mercado; vivem e produzem quase uma “segunda natureza” deslocada do contexto produtor do patrimônio cultural que vieram fruir.

É preciso tomar cuidado com estas afirmações para que elas não sejam compreendidas como um discurso reacionário que busca o retorno às origens, a

um primitivismo do patrimônio. Não se trata de um retorno a condições de vida ou a tempos pretéritos formadores. Comunidades quilombolas, caiçaras, indígenas, imigrantes e tantas outras carregam suas heranças culturais e apresentam-nas como distintivo de identidade; traduzem-nas na perspectiva do reconhecimento social e valorização de sua cultura. A herança é ressignificada a cada presente, seus produtores/herdeiros tem seus próprios interesses e são influenciados pelo contexto mais amplo – do qual, obviamente, também fazem parte.

O fato é que a cultura, transformada em patrimônio e explorada pelo turismo cultural, pretensamente cria ambiências que são, por vezes, vendidos como originais. Uma celebração como o *Tooro Nagashi*⁴⁷, cujas origens remontam aos anos 1950, transformou-se na atualidade num grande evento turístico. Experimentar o *Tooro* no presente leva-nos a uma circularidade na qual a perda do ponto de origem/referencial é bastante possível.

Em 2008 o Iphan-SP publicou o *Dossiê da Celebração do Tooro Nagashi* com vistas a seu reconhecimento como patrimônio imaterial. Em que pese a negativa para este reconhecimento, o fato é que o dossiê documenta tanto as origens dessa expressão quanto suas transformações na atualidade. As festividades do *Tooro* reúnem um público amplo, oriundo de várias regiões do país e, em muitos casos, de origens culturais diversas; a cada ano, a celebração reedita a dualidade entre a manutenção de seus sentidos originais e as interferências produzidas pelas suas próprias ressonâncias.

A celebração do *Tooro* insere-se numa circularidade na qual, potencialmente, sua existência tem por referência qualquer ponto entre a sua origem e sua ressonância social no presente. Participar da festa/celebração é viver uma experiência de “segunda natureza” de um patrimônio cultural no qual as outras dimensões do evento, como apresentações de sumô, danças tradicionais e o lançamento dos barquinhos seguindo o curso das águas do rio Ribeira de Iguape, ganham importância; celebração e festa confundem-se mutuamente.

Manifestações culturais como o *Tooro* expressam muitos dos desafios presentes na manutenção do patrimônio cultural. A incorporação do turismo na dinâmica do evento possibilita apreender suas ressignificações; o transcurso do tempo, as transformações geracionais, processos de hibridação cultural, incorporação de novas dinâmicas e sentidos são alguns dos elementos que ganham visibilidade a partir da presença do turismo.

Esta presença também aponta para uma questão que está além dos limites deste artigo, qual seja: como se dá a fruição desse evento por parte dos turistas. A leitura que estes sujeitos produzem das manifestações culturais está assentada num conjunto amplo e variável de referências que fazem parte de seu vivido. Vivenciar uma manifestação como o *Tooro* ou fruir paisagens rurais são maneiras de conectar-se – positiva ou negativamente – com experiências pretéritas. A fruição turística possui, evidentemente, várias dimensões; algumas delas podem ser mensuradas por meio de uma métrica mais objetiva como o número de visitantes ano após ano, a receptividade de determinadas atividades

47. A celebração do *Tooro Nagashi* é realizada no dia dois de novembro de cada ano na cidade de Registro, localizada no Estado de São Paulo. Em memória aos antepassados, lanternas ou “barquinhos” portando uma vela acesa são lançados às águas do rio Ribeira de Iguape, sumindo na escuridão da noite e no movimento das correntes de água. *Tooro* significa lanterna e *nagashi*, lançar às águas. Essa prática iniciou-se no Brasil com alguns imigrantes japoneses que ocuparam os núcleos coloniais da região do Vale do Ribeira. Cf. Iphan-SP (2008).

48. Cf. Ilanil Coelho e Gustavo Grein (2013, p. 4).

49. Cf. *ibid.*

50. Cf. Ilanil Coelho e Gustavo Grein (2013, p. 6).

51. Cf. *ibid.* (p. 7).

ou as necessidades de adaptação dos sentidos da manifestação de acordo com os interesses dos turistas.

Em sentido complementar à fruição turística, os impactos do turismo nos processos de valorização da herança cultural dos imigrantes também representam uma dimensão que deve ser considerada. De todo modo, compreender estes impactos demandaria a abertura de outro recorte de análise e a utilização de fontes e procedimentos metodológicos outros. Tanto no caso do Tooro quanto nas manifestações a seguir (turismo rural em Joinville e os Caminhos de Pedra), dados sobre essa métrica do turismo não serão abordados.

A experiência de turismo cultural rural desenvolvida em Joinville – SC foi analisada por Ilanil Coelho e Gustavo Grein. De acordo com os autores, a partir dos anos 1990 percebe-se algumas

tentativas de manutenção e reafirmação do valor cultural de bens materiais e imateriais que representassem a “cultura de Joinville” levaram a uma busca por referências em espaços onde supostamente seria possível observar os traços da Joinville “de antigamente”, locais que contrastavam com a cidade multicultural por uma suposta homogeneidade que abrigaria as características que melhor representariam a “autenticidade” de Joinville e do “ser joinvilense”; trata-se de uma composição de elementos históricos, fragmentados que poderiam ser acionados no meio rural e nos aspectos que identificam a ruralidade no município⁴⁸.

O resgate dessa ancestralidade foi reforçado pela criação dos roteiros turísticos rurais que consistiam na “inserção de propriedades rurais que ofereciam produtos agrícolas, artesanais e gastronômicos, serviços ligados à hospitalidade e recreação, atrativos naturais (cachoeiras, montanhas) e bens arquitetônicos de valor histórico (engenhos, alambiques, casas)”⁴⁹. Dentre esses roteiros, os autores abordam especificamente o caso dos projetos implementados na Estrada da Bonita, Dona Francisca e Quiriri.

A inserção das propriedades no roteiro implicou na adequação destas ao turismo e propiciou a venda de produtos gastronômicos de fabricação artesanal, criando um maior dinamismo na economia local, beneficiando produtores locais, agricultura familiar, desenvolvimento rural sustentável, restaurantes, agentes de turismo, etc. Penso que o mais importante a reter desse processo são os argumentos dos autores acerca do substrato produtor desses roteiros, suas intencionalidades e estratégias.

Em primeiro lugar, “a veiculação de uma imagem estereotipada do que seria o rural e os aspectos que o identificariam”⁵⁰. Trata-se da produção de ambiências, comunidades culturais ou paisagens culturais nas quais os aspectos que caracterizaram a “ruralidade” e a “germanidade” ganham materialidade. Em segundo lugar, há uma mobilização de memórias “na tentativa de construção de passados-presentes”⁵¹ vivificadas pelos residentes e fruídas pelos visitantes. Em terceiro lugar, há inserção desses roteiros numa cartografia mais ampla da paisagem rural catarinense pelos guias turísticos, publicações e programas governamentais.

Biase analisa os *Caminhos de pedra* no Rio Grande do Sul, projeto elaborado em 1994 por um arquiteto e por um empresário com vistas a revitalização da história e memória de imigrantes italianos na localidade de Colônia de São Pedro. De acordo com o projeto, na parte dedicada ao treinamento dos moradores,

O essencial desse projeto é o resgate cultural. Manter a autenticidade torna-se indispensável. Um treinamento é previsto para que as novas gerações não se percam em alegorias e nas falsas encenações (...). Entende-se por autenticidade das tradições tudo o que recebemos das gerações precedentes, e que, graças a nossa atual contribuição, deixarão uma herança às futuras gerações(...). Nós ganharemos muito somente através do desenvolvimento integral da pessoa (...). A educação ao gerenciamento (ou ao auto-gerenciamento) do patrimônio inicia na família. Toda a atividade ligada ao cotidiano deverá ser cultivada pelo grupo familiar. Esse processo deverá ser partilhado pelo conjunto da comunidade, evitando que os erros sejam repetidos como um fato inexorável do grupo, criando uma noção deformada da cultura⁵².

Trata-se de uma proposta para revitalizar um modo de vida ancestral e em desuso pelos próprios habitantes do lugar. *Caminhos de pedra* são uma referência às residências construídas em pedra pelos imigrantes e que, com o passar do tempo, foram motivo de vergonha entre eles; o contexto anterior ao projeto era de menos valia com relação ao patrimônio cultural herdado das gerações anteriores. A revitalização das casas e a compreensão de que elas materializavam uma herança que deveria ser valorizada e preservada produziu, entre os habitantes do lugar, uma revivescência étnica. Língua, danças, gastronomia e história foram recuperadas e transformadas em símbolos de orgulho.

O que Biase denomina como “ficções arquitetônicas” possui duas vertentes. Na primeira, temos a ficção arquitetônica propriamente dita. “Essa vontade de restaurar como idênticas as edificações, cancelando o tempo, que afasta os antepassados das crianças, rejeitando toda forma ou sinal de modernização (...). Trata-se de sinais que deveriam fixar, ou melhor, cristalizar, a memória coletiva.”⁵³. Procura-se congelar as transformações impostas à cultura pelo tempo social; inscreve-se no presente simulacros do passado. A segunda vertente refere-se à vida cotidiana. Assim como a arquitetura foi restaurada mantendo suas características “originais”, é necessário reeducar os sujeitos para que eles expressem um estilo de vida adequado à ficção arquitetônica; produzindo uma “italianização do imaginário e dos costumes dos descendentes ítalo-brasileiros”⁵⁴.

Para Biase, ambas as vertentes, produziram uma conversão dos descendentes de italianos às antigas práticas de seus ancestrais. O resultado disso foi o exílio desses sujeitos de seu próprio tempo a partir da aceitação de uma ficção (ou representação) do passado como algo verdadeiro. Produz-se dessa forma um vivido complexo delimitado entre dois tempos: o pretérito e o presente, ambos ficcionais, mas funcionais para os interesses do turismo.

Das três experiências acima, é possível compreendermos a complexidade do turismo cultural e das paisagens culturais, suas potencialidades e aprisionamentos. Não cabe aqui reiterar os aspectos frisados anteriormente, mas considerar que as

52. Cf. Alessia de Biase (2001, p. 177).

53. Cf. Alessia de Biase (2001, p. 178).

54. Cf. *ibid.* (p. 179).

55. Cf. Célia Maria Corsino (2000, p. 8).

56. Cf. Inventário Nacional de Referências Culturais (2000, p. 30).

57. Cf. Maria Cecília Londres Fonseca (2000, p. 14).

58. Cf. Maria Regina Weissheimer (2012, p. 3).

heranças culturais, sua valoração, materialidade e ressonância são utilizadas na mobilização de vários interesses. Da valorização da identidade cultural de determinado(s) grupo(s) à apropriação pelo turismo, há um conjunto de agentes cujos interesses promovem ações com vistas à produção e promoção de “paisagens culturais”. Como veremos adiante, a paisagem cultural ganhou *status* de política pública e instrumento poderoso para a preservação do patrimônio da imigração no Brasil.

Patrimônio da Imigração

Em 2000, o Iphan publicou o *Inventário nacional de referências culturais*: INRC; este foi resultado do acúmulo de várias ações de estudo e preservação anteriores, produzidas desde os anos 1990, ao passo que também se apropria da experiência do Centro Nacional de Referências Culturais, criado em 1975 e posteriormente incorporado à Fundação Pró-Memória. Segundo Corsino:

O INRC é, antes, um instrumento de conhecimento e aproximação do objeto de trabalho do Iphan, configurado nos dois objetivos principais que determinaram sua concepção: 1. identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e 2. apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferências de sua preservação⁵⁵.

O INRC ratifica uma perspectiva que transcende a visão tradicional de referência cultural baseada na monumentalidade, singularidade ou valor artístico/histórico. O Inventário é uma metodologia a ser aplicada por agentes governamentais ou comunitários para a identificação, reconhecimento e preservação de elementos ligados ao universo da cultura de diferentes grupos sociais.

De acordo com o Manual de Aplicação do INRC “o objeto do INRC são atividades, lugares e bens materiais que constituam marcos e referências de identidade para determinado grupo social”⁵⁶. Nesta perspectiva, segundo Fonseca:

Falar em referências culturais nesse caso significa, pois, dirigir o olhar para representações que configuram uma “identidade” da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos “fazereres” e “saberes”, às crenças, hábitos, etc.⁵⁷.

A noção de referência cultural implica considerar a existência de uma “paisagem cultural”; trata-se de uma chancela – paisagem cultural brasileira – criada pelo Iphan em 2009 (Portaria 127/09) e definida como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”⁵⁸. A criação desta chancela tem relação com o inventário de conhecimento levado a cabo pelo Iphan e pelo Instituto Catarinense de Cultura no Vale do Itajaí em 1983.

○ inventário evoluiu para um acordo

de Cooperação assinado em 2007 instituiu um programa abrangente de ações entre os parceiros e era voltado para a criação dos Roteiros nacionais de imigração como um projeto especial, aliando turismo, desenvolvimento agrário e preservação do patrimônio cultural nos municípios signatários⁵⁹.

Ainda segundo Weissheimer:

Em 2007, quando se instruiu o processo de tombamento dos bens relativos à imigração em Santa Catarina, a aplicação do conceito de paisagem cultural como nova forma de reconhecimento do patrimônio cultural era uma proposta embrionária no Iphan – apesar do conceito vir sendo aplicado e difundido pelo arquiteto paisagista Carlos Fernando de Moura Delphim, reconhecido por sua histórica contribuição no setor de patrimônio natural do Iphan e atual Coordenador-Geral de Patrimônio Natural, Paisagem Cultural e Jardins Históricos⁶⁰.

Os Roteiros nacionais de imigração são um bom exemplo de como o patrimônio da imigração no Brasil foi identificado e representado pelos órgãos de preservação do patrimônio – Iphan e FCC. Farei a seguir uma breve análise da publicação oriunda desse projeto.

*Roteiros nacionais de imigração: Santa Catarina*⁶¹

Dividimos o dossiê de tombamento em duas partes. A primeira trata dos seguintes temas: fluxo migratório no século XIX; patrimônio do imigrante no Brasil; contexto histórico e geográfico da imigração para o Brasil; contexto de Santa Catarina no século XIX e síntese da imigração em Santa Catarina. Em cada um desses temas são abordados elementos como: política de colonização, legislação migratória, regulamentos e contratos, fluxos migratórios e especificidades entre a política de colonização do Império e das primeiras décadas da República. Na segunda parte, o patrimônio do imigrante, há um inventário da herança da imigração para Santa Catarina do ponto de vista do patrimônio material e intangível.

○ O patrimônio do imigrante no Brasil é compreendido como um conjunto de remanescentes oriundos de contextos rurais e urbanos. O inventário é extensivo e está dividido em duas partes. Na primeira, temos a materialidade dessa herança: o detalhamento das formas das edificações (comunitárias, comércios, escolas, igrejas); o uso de materiais (terra e cal, madeira, pedra e metais); técnicas construtivas; estruturas autoportantes (alvenaria de tijolos, de tijolos aparentes, tijolos rebocados, alvenaria em pedra, construções em madeira); arquitetura e suas funções (industrial, religiosa, recreativa, educativa, institucional, cemitérios, residencial); residências, suas divisões, detalhes construtivos, ornamentação interna e bens móveis.

Na segunda parte, há o inventário do patrimônio imaterial: língua, culinária, festas, folclore e produção artesanal. Ambas as expressões do patrimônio

59. Cf. *ibid.* (p. 6).

60. Cf. *ibidem*.

61. *Roteiros nacionais de imigração: Santa Catarina* está dividido em dois volumes. O primeiro – Dossiê tombamento: histórico, análise e mapeamento das regiões –, e o segundo – O patrimônio do imigrante: o modelo de ocupação do território, a arquitetura das regiões de imigração, o patrimônio imaterial.

62. Cf. Roteiros... v. 1 (2011, p. 19).

63. Cf. Roteiros... v. 1 (2011, p. 21).

64. Cf. Roteiros... v. 2 (2011, p. 279).

65. Ver Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes (2009).

(material e intangível) são “instituintes” da memória/história de fixação dos imigrantes e expressam uma variedade de referências culturais em que as intencionalidades dos agentes de preservação as reelaboraram para a composição de uma paisagem cultural. Apreendida em seu conjunto, a paisagem cultural é transformada em patrimônio da imigração.

O dossiê insere o patrimônio do imigrante no Brasil dentro do contexto de diversidade étnica e pluralidade cultural; ao mesmo tempo, ele é representativo de um contexto cultural específico vigente na região Sul do país e mais precisamente em Santa Catarina.

De todas as regiões brasileiras, foi no Sul do Brasil que esses novos contingentes tornaram sua presença mais manifesta. Em Santa Catarina existiam condições especiais para a recepção aos imigrantes e ainda hoje persistem possibilidades singulares de apresentar o contexto dessa história notável⁶².

A necessidade de preservação dessas ambiências por parte do Iphan e dos governos municipais é justificada pela preservação de características que mantenham minimamente íntegras a paisagem cultural e as suas formas de sustentabilidade, num contexto de risco de seu desaparecimento, dadas as

rápidas transformações sócio-econômicas, em especial a decadência da pequena agricultura, provocaram o abandono de muitas das propriedades rurais. Como resultado, registra-se o desaparecimento de vários dos exemplares arquitetônicos e dos conjuntos urbanos e rurais mais importantes, colocando todo esse contexto cultural em séria condição de risco⁶³.

Os Roteiros nacionais de imigração fazem parte de uma primeira fase de ações cujo objetivo é o reconhecimento e proteção do patrimônio imigrante em Santa Catarina. De acordo com o dossiê:

A ação inicia-se pelo tombamento de perto de seiscentas propriedades, distribuídas entre aproximadamente sessenta imóveis pelo Iphan, duzentos pela FCC e outros trezentos pelos diversos municípios. Estes tombamentos estarão distribuídos ao longo dos principais caminhos pesquisados, que deverão formar os roteiros, a serem imediatamente dotados de legislação de proteção ambiental específica⁶⁴.

Os roteiros expressam dois elementos que são inerentes ao patrimônio cultural. O primeiro tem relação com os interesses para sua preservação; neles estão contidas atribuições de valor que, no caso, explicitam-se pela importância da manutenção de uma herança cultural singular no panorama nacional. São valores cognitivos, afetivos, estéticos e pragmáticos⁶⁵ expressos na variedade de remanescentes da fixação de imigrantes (italianos, alemães, portugueses, ucranianos, poloneses, etc.) no Sul do país e na importância da preservação da memória/história dessas comunidades.

O segundo elemento refere-se à necessidade de ressonância deste patrimônio junto ao público mais amplo com vistas, inclusive, a sua sobrevivência econômica. Como vimos, a ressonância é fundamental para que as novas gerações

reconheçam os valores contidos remanescentes, reforçando a perspectiva de uma sociedade multiétnica e multicultural. Em outros termos, os roteiros representam uma elaboração intelectual – não quero com isso dizer, artificial – de uma das muitas expressões do patrimônio da imigração no Brasil.

Sua importância reside na possibilidade para reunir um variado conjunto de ambiências remanescentes da fixação destes sujeitos de maneira a propor uma leitura que sugere integração e unidade na diversidade de suas expressões. De acordo com Pistorello, o projeto dos roteiros nacionais de imigração possui uma

proposta global da primeira fase do reconhecimento e proteção do patrimônio dos imigrantes no país, realizado a partir da ideia de Paisagem Cultural, que consiste no “reconhecimento de porções singulares dos territórios, onde a inter-relação entre a cultura e o ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular”⁶⁶.

De acordo com a autora, além dos méritos evidentes dessa proposta, é necessário considerar ao menos duas questões. A primeira delas tem relação com a “comercialização do patrimônio” – subproduto previsto pelos roteiros. Ela está assentada na perspectiva “harmônica e consensual” da colonização que produziu um mosaico cultural a ser fruído e valorizado pelas atuais gerações independentemente de sua origem⁶⁷. Trata-se também de uma proposta que aponta para uma forma de política compensatória a grupos que, em muitos momentos de nossa história, tiveram suas raízes e heranças reprimidas ou desvalorizadas pela comunidade nacional mais ampla.

A segunda questão refere-se a como os roteiros auxiliam na reinvenção de comunidades imaginadas. Para Pistorello:

Se estes laços permitem uma identificação de grupo que pode ser externalizada através do legado cultural das cidades ou regiões, presentes através do patrimônio cultural, por outro lado, como perceber de que forma estas comunidades se reinventam? Como confrontar estes ícones com a dinâmica social na qual eles estão inseridos e perceber o próprio patrimônio como algo dinâmico? Qual o lugar destas comunidades que se imaginam portadoras de uma identidade italiana, alemã, polonesa, ucraniana em território brasileiro? O patrimônio cultural indicado para tombamento é representativo destas comunidades ⁶⁸?

Ambas as questões nos levam a considerar que os roteiros nacionais de imigração apontam para um ambiente complexo no que se refere ao patrimônio da imigração no Brasil. Neste ambiente de ressurgimento étnico/cultural e, afora as dimensões econômicas envolvidas na proposta – sustentabilidade das comunidades, incremento do turismo, etc. – ficam para o devir questões apontadas acima por Pistorello.

Creio serem particularmente sensíveis os problemas que estão no em torno do lugar a ser ocupado pelos sujeitos que vivem nestas ou para estas comunidades reinventadas ou mesmo que habitam as ficções arquitetônicas⁶⁹ como vimos anteriormente. Trata-se de discutir o potencial destes ambientes para a produção (ou não) de identidades cristalizadas; de “eternos imigrantes”; de formas

66. Cf. Daniela Pistorello (2010, p. 48).

67. Cf. *ibidem*.

68. Cf. *ibid.* (p. 49).

69. Ver Alessia de Biase (2001).

70. Ver Maria Stella Ferreira Levy (1974).

71. Ver Odair da Cruz Paiva (2010).

de sociabilidade na qual a herança cultural transforma-se em mercadoria a ser consumida, despossuída de seus elementos radicais ou questionadores do suposto mosaico cultural.

Sabemos que o patrimônio cultural é algo dinâmico, ressignificado a cada novo presente; e os roteiros são uma expressão desse dinamismo. No entanto, também sabemos que o patrimônio da imigração é – como toda expressão do patrimônio cultural – uma construção que possui muitas intencionalidades, eivadas de positivities e negatividades que não são campos apenas dicotômicos, produzem regiões de interfaces que tornam mais complexas suas potencialidades.

Considerações Finais

Nos limites deste artigo, o patrimônio da imigração está relacionado com os remanescentes culturais de grupos estabelecidos no país entre as décadas finais do século XIX e início do século XX. Os fluxos imigratórios provenientes da Europa, Japão e Oriente Médio para o Brasil entram em refluxo a partir dos anos 1910, encerrando o que a historiografia denomina como “grande imigração”. A partir dos anos 1920 até a década de 1970 as correntes imigratórias tiveram uma magnitude menos expressiva⁷⁰.

A “grande imigração” demarcou de maneira profunda o ideário sobre a imigração no Brasil. Para além de sua magnitude numérica, é preciso reconhecer que este ideário foi produzido também pela somatória de três processos criados em períodos distintos. O primeiro deles deu-se a partir dos anos 1950 e tem relação com o início da produção de estudos sobre a imigração no Brasil. Trata-se de um conjunto de trabalhos bastante diverso, produzido por diferentes agentes e com intencionalidades variadas – desde trabalhos resultantes de estudos acadêmicos até a produção de cunho memorialístico.

Estas análises originaram-se de um contexto no qual a imigração era compreendida como fenômeno pretérito⁷¹. Ao desconsiderarem as novas formas da imigração presentes em seu próprio tempo, constituíram uma primeira etapa de produção do ideário apontado acima. Assim, os anos 1950 foram um marco para a produção de uma história/memória da imigração frente aos processos de integração dessas comunidades na sociedade mais ampla e, conseqüentemente, como uma resposta às perdas de referenciais culturais desses grupos. Temas como aculturação ou assimilação estiveram presentes em muitos desses trabalhos e revelavam as positivities e negatividades da integração dos imigrantes e seus descendentes à comunidade nacional.

O segundo momento de construção do ideário deu-se por conta da criação dos inúmeros “museus da imigração” a partir dos anos 1980 e 1990. Fenômenos como o avanço da urbanização, cada vez mais intensa nas cidades, ou as transformações no campo alteraram muitos dos espaços identificados como territórios da imigração. A criação de “lugares de memória e a materialização de vividos” foi resposta às necessidades de (re)inscrever em diversas ambiências

urbanas as marcas da imigração ocultadas ou subsumidas pelas transformações na paisagem.

Na cidade de São Paulo, bairros como o Brás, Liberdade, Mooca ou Bom Retiro paulatinamente perderam características de localidades habitadas por grupos de imigrantes tradicionais. A criação de museus identificados com a imigração revela a necessidade em delimitar um espaço de fixidez para que o vivido imigrante e sua herança não se percam na dinâmica do presente. Neste contexto surgem o Centro Histórico do Imigrante, em 1982 – posteriormente o Memorial do Imigrante, 1998, e atualmente o Museu da Imigração – e o Museu Histórico da Imigração Japonesa, 1978, ambos na cidade de São Paulo.

A produção da historiografia da imigração a partir dos anos 1950 e a musealização da imigração a partir dos anos 1980 revelam as necessidades de inscrever no presente representações sobre a “grande imigração”. Ambas apresentam construções discursivas próprias e, por vezes, zonas de interfaces comuns; de todo modo, expressam uma das várias formas do patrimônio da imigração.

O terceiro momento refere-se à amplificação da herança cultural da imigração e a produção ou preservação das paisagens culturais também oriundas da “grande imigração”. Trata-se de uma noção de patrimônio na qual ainda não adentraram os imigrantes de inserção mais recente – se considerarmos os fluxos migratórios a partir dos anos 1980. O patrimônio da imigração refere-se às necessidades de preservação cultural de grupos de imigrantes cujas correntes migratórias não são mais retroalimentadas por novos fluxos. As gerações seguintes – conectadas por elos de pertencimento familiares e culturais com os imigrantes – vivem o dilema entre, de um lado, serem herdeiras de um patrimônio cultural singular e, por outro, viverem a condição de nacionais – integrados assim à comunidade mais ampla.

Como vimos, os desdobramentos da produção e ressonância deste patrimônio são inúmeros e respondem a interesses variados. Se por um lado abre-se um campo de positividade composto pelos direitos culturais e pelo reconhecimento da contribuição dos imigrantes para a formação social brasileira, por outro, descortina-se também um campo que potencialmente cria identidades cristalizadas e a produção dos “eternos imigrantes”.

Este *tour* de forças reedita, sob outras formas, os dilemas que cercam a discussão sobre o patrimônio desde ao menos o século XVIII. Vivemos cotidianamente o dilema presente entre o “horizonte de expectativas”, que pressupõe a construção do novo e a superação do pretérito, ao mesmo tempo em que necessitamos manter nossos vínculos identitários; estes nos conectam ao passado, ao “campo da experiência”⁷². A tensão entre ambas as temporalidades (presente e pretérito) constitui um dos muitos desafios presentes no campo do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane (Org.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. v. 1, p. 263-287. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/PatrimonioCultural.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

_____. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria “conhecimento tradicional” no contexto de uma nova ordem discursiva. In: BARRIO, Ángel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio (Org.). *Inovação cultural, patrimônio e educação*. Recife: Massangana, 2011, p. 65-78. Disponível em: <<http://campus.usal.es/~iiacyl/MAI/images/publicaciones/livro%20congresso%20Recife%20completo.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

ALFONSO, María José Pastor. El patrimonio cultural como opción turística. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 97-115, 2003.

ALVES, Elder Patrick Maia. Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 539-560, set./dez. 2010.

ARANTES, Antônio Augusto. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil. In: BARRIO, Ángel Espina; MOTTA, Antonio; GOMES, Mário Hélio (Org.). *Inovação cultural, patrimônio e educação*. Recife: Massangana, 2011, p. 52-63. Disponível em: <<http://campus.usal.es/~iiacyl/MAI/images/publicaciones/livro%20congresso%20Recife%20completo.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

ARÉVALO, Javier Marcos. El patrimonio como representación colectiva: la intangibilidad de los bienes culturales. *Gazeta de Antropología*, Granada, v. 1, n. 26, artículo 19, 2010.

BIASE, Alessia de. Ficções arquitetônicas para a construção da identidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 7, n. 16, p. 173-188, 2001.

BURKE, Peter. *O que é história cultural*. Tradução Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BUTZONITCH, Mariano Marcos Andrade. Poder, patrimonio y democracia. *Andamios*, México, v. 6, n. 12, p. 11-40, 2009.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 147 (Patrimônio imaterial), p. 69-78, out.-dez. 2001.

_____. Patrimônio cultural imaterial no Brasil: estado da arte. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais*. Brasília: Unesco; Educarte, 2008. p. 11-36.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp, 2003.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo e Revisão de Fernando Portugal. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2001.

COELHO, Ilanil; GREIN, Gustavo. Patrimônio e identificações culturais: consumos contemporâneos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2, 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 2013.

CÓRDOBA Y ORDÓNEZ, Juan. Turismo, desarrollo y disneyzación: ¿ una cuestión de recursos o de ingenio? *Investigaciones Geográficas*, Cidade do México, n. 70, p. 33-54, 2009.

CORSINO, Célia Maria. Apresentação. In: INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: manual de aplicação. Brasília: Iphan, p. 7-9, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 59-79, 2009.

_____. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, p. 11-21, 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

_____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 25-33, 2009.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução de Andrea Souza de Menezes e Bruna Belfart. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

IPHAN-SP. Dossiê da Celebração do Tooro Nagashi. 9ª. Superintendência Regional IPHAN-SP, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução: Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE MOS, Carlos A.C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Primeiros Passos, 51).

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 8, p. 49-90, 1974.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. Patrimônio imaterial e diversidade cultural: o novo decreto para a proteção dos bens imateriais. In: *O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial*. Brasília: Iphan, p. 77-82, 2006.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2009, Ouro Preto. *Anais...* Brasília: Iphan, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2015.

MICELI, Sergio. Sphan: refrigério da cultura oficial. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 44-47, 1987.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.

PAIVA, Odair da Cruz. (Coord.) *Migrações internacionais para o Brasil: 1947-1978*. Relatório de Pesquisa (Pós-Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos de População (NEPO), Campinas, 2010.

PISTORELLO, Daniela. As políticas públicas de preservação do patrimônio a partir dos roteiros nacionais de imigração: O caso de Santa Catarina. *Revista Labor & Engenho*, Campinas, v. 4, n. 2, p. 47-65, 2010.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente: séculos XVIII-XXI*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. Cultura, história, valores patrimoniais e museus. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 471-480, 2011.

ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO. VIEIRA FILHO, Dalmo e WEISSHEIMER, Maria Regina (Sup. e Coord.). Florianópolis: 11ª. Superintendência Regional do Iphan-SC, 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=&busca=Roteiros+nacionais+de+imigra%C3%A7%C3%A3o+>>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

SANT'ANNA, Marcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 49-58, 2009.

SMITH, Laurajane. El “espejo patrimonial”. ¿ilusión narcisista o reflexion es múltiples? *Antípoda*, Bogotá, n. 12, p. 39-63, 2011.

TALAVERA, Augustín Santana. El Turismo Cultural. ¿Um Negocio Responsable? *Estudios y Perspectivas em Turismo*, Buenos Aires, v. 17, p. 272-294, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Revisão Técnica: Antonio Negro, Cristina Meneguello e Paulo Fontes. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

UNESCO. Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Paris, 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.

WEISSHEIMER, Maria Regina. Paisagem cultural brasileira: do conceito à prática. *Fórum Patrimônio*, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, 2012.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. Tradução de André Glaser. São Paulo: Unesp, 2011.

Artigo apresentado em 20/04/2015. Aprovado em 26/08/2015.